

CENAS DAS DIVERSIDADES QUE MERECEM ATENÇÃO: A CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

Márcia Adriana Rosmann – IF Farroupilha/Câmpus Santo Augusto
Luisa Cadorim Facenda – Universidade de Passo Fundo/UPF

Eixo temático: 3. **Educação e diversidade cultural:** Educação e relações étnico-raciais. Cultura afro-brasileira e educação indígena. Educação, meio ambiente e sustentabilidade. Educação para o campo.

Categoria: “Trabalho Completo”

Resumo

A escola tem sido ao longo de sua história existencial, um espaço-tempo de reprodução de saberes e de produção das relações sociais, afetivas e culturais, em todas as suas dimensões. Nesse sentido, os diferentes grupos vão constituindo suas crenças e convicções acerca de suas experiências e vivências, no que tange preconceitos, valores morais, éticos e materiais. Desse modo, a escola e a docência na contemporaneidade necessitam estender sua atenção para as cenas das diversidades, as quais estão presentes e com intensidades cada vez maiores em nossa sociedade. O objetivo deste pôster é mostrar algumas delas para que possamos entender melhor esse novo contexto que se configura atualmente. Falaremos de duas instituições, uma Pública e outra Privada, o que nos mostra a expressividade das cenas em todos os lugares. Além de descrevê-las, e assim, munindo-nos de arsenal teórico, faremos uma reflexão acerca da literatura pertinente à temática em questão.

Palavras-chave: Educação. Diversidades Sociais, Culturais e Ambientais.

Introdução

A indignação perpassa o campo teórico e, que bom que, se efetiva na prática. As experiências vividas na Região de abrangência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – Câmpus Santo Augusto e na Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo são marcantes desse movimento de afirmação, tanto de Políticas Públicas Afirmativas, que asseguram uma **Educação às suas diversidades culturais e contextuais**, quanto do espaço-tempo para o debate e efetividade de uma Educação Laica, Pública, de Qualidade e que de conta do conhecimento, do respeito e da valorização da Diversidade.

O Câmpus Santo Augusto oferece, entre seus Cursos, a Licenciatura em Computação. Nas turmas 2012 e 2013, ingressaram dois com Cegueira e dois Indígenas Kaingang, de uma Comunidade Indígena, localizada na Região Celeiro/RS. Todos são acolhidos e muito respeitados, enquanto iguais, perante a Constituição de 1988, e nas singularidades e diversidades também. Os meninos cegos dão uma aula de sabedoria e superação a cada dia, nos ensinam suas habilidades e nos fascinam com suas superações e conquistas. Os meninos Indígenas são igualmente reconhecidos e admirados, especialmente por nos permitir conhecer e entender tão significativa cultura.

Os índios vivem. São sujeitos com identidade própria. E precisam ser respeitados na sua singularidade. Eles tem o direito de ser reconhecidos. Os não índios só os respeitarão se os conhecer na sua integralidade e na sua diversidade, uma vez que são “os povos indígenas”, e não “o povo indígena”, como costumamos ouvir e pensar. Considerados pré-históricos, os indígenas do Brasil e países vizinhos, tem muito a nos ensinar. Seu legado é, sem dúvida, uma riqueza histórica e contemporânea.

A Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo oferece dentre seus Cursos, a Pedagogia, Licenciatura. No rol dos compromissos do referido Curso, o principal é “com a sociedade na qual os seus egressos exercerão suas atividades contribuir para a qualificação da formação dos profissionais aqui formados. Por isso, os esforços do presente projeto se voltam para a produção de um currículo que não se efetiva somente com a abordagem dos conteúdos de ensino. Mas, sim, de um currículo que provoca transformações no meio social, provocando melhorias na família e na sociedade em que o aluno está inserido” (Projeto Pedagógico Curso Pedagogia, UPF, 2012).

Na esteira do PPC, tem-se trabalhado a formação numa perspectiva propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais e étnico-raciais, inicialmente, dos próprios acadêmicos, já que há alunos com surdez e cegueira. Ainda, realizado pesquisas que proporcionem conhecimentos sobre a realidade sociocultural em que os acadêmicos desenvolvem suas experiências; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas.

Nesse sentido, as questões de direitos humanos e educação para a diversidade sinalizam não diferentes repertórios de valores, mas tensões culturais e históricas que se inscrevem nas crenças, refutações, aspirações e, principalmente, nas omissões de um grupo social. As indignações, hoje, mais do que sensibilidades, revelam o lugar para onde o querer coletivo aponta: um projeto de sociedade a partir de um presente dramático que não oferece nenhuma certeza e/ou garantia de futuro (ZITKOSKI e ALBUQUERQUE, 2013, p.156).

Cabe a escola, na pessoa do professor/a, em sala de aula e em atividades extracurriculares, encorajar os alunos, meninos e meninas, negros, brancos e índios, heterossexuais e/ou homossexuais, ao debate das diversidades, tão importante e necessário e que perpassa, inclusive os conhecimentos referentes aos Direitos Humanos. Cabe à pessoa do professor/a abrir

espaços-tempos em suas disciplinas, sejam propedêuticas ou técnicas, das ciências humanas ou das ciências exatas, e refletir criticamente. Além de vivenciar a teoria em sua essência prática.

Entendendo conceitos: diversidades em questão

As diversidades estão representadas por centenas de diferentes povos, que são únicos em sua língua e cultura. Estão igualmente representadas pelas formas expressivas como cada sujeito, na sua singularidade, se movimenta diante da sociedade contemporânea. É preciso quebrar a barreira do desconhecimento, do medo e do preconceito. O respeito às diversidades e a seguridade dos direitos humanos são efetivados no momento em que elas são conhecidas e entendidas como realidades intrínsecas à vida humana. Nesse sentido, é necessário refletir sobre conceitos inerentes à temática em questão.

Essas diversidades perpassam os conceitos de gênero, sexualidade, cultura, identidade, adulto de referência, direitos humanos, etc., e a definição que cada sujeito, cada sociedade atribui. Logo, podemos pensar nos processos regulatórios, nas normas criadas pela sociedade ao longo da história da humanidade. Essa regulação normativa do modo como cada sujeito pode ou não se portar, como irá aprender, fazer, conviver e ser diante dos demais, são tidas como “corretas”, “normais”, e, por conseguinte, desrespeitam a individualidade identitária de cada um e de todos.

A escola tem sido ao longo de sua história existencial, um espaço-tempo de reprodução de saberes e de produção das relações sociais, afetivas e culturais, em todas as suas dimensões. Conforme Dias (2007, p. 443):

É inegável que a assinatura de protocolos de intenções, declarações e acordos firmados internacionalmente, referentes à ampliação e a garantia do direito à educação, representa um importante avanço na perspectiva de reafirmar o anúncio dos direitos da pessoa humana à educação. Todavia, não podemos esquecer que, no Brasil, a educação tem a marca histórica da exclusão, consubstanciada pela enorme desigualdade social que grassa no país, desde a época de sua colonização até os dias atuais.

Nesse sentido, os diferentes grupos vão constituindo suas crenças e convicções acerca de suas experiências e vivências, no que tange preconceitos, valores morais e valores éticos. Ao analisar e compreender o espaço-tempo escolar, precisamos, sobretudo, enfrentarmos as diferenças, superarmos o preconceito e a partir disso, pensar a sociabilidade diante de práticas inclusivas.

Analisar e compreender a diversidade cultural presente na escola, além de dialogar interculturalmente com o outro, com o diferente é significativo para superarmos a ideia de que a escola reproduz a diferença. É passo importante para promover a diversidade numa perspectiva de educação inclusiva e de superação dos preconceitos. Para Seffner e Silva (2013, p. 203-204):

[...] o reconhecimento de si e do outro como portadores de direitos, no estímulo à construção de um ambiente democrático de trocas, e no entendimento que a garantia dos

meus direitos está diretamente vinculada à garantia dos direitos dos demais, que podem ser diferentes de mim, mas que ajudam a construir uma situação de igualdade em direitos, ampliando os direitos de todos. [...] O que entendemos por direitos humanos? [...].

Uma forma para superar preconceitos é entender alguns conceitos e praticá-los. Direitos humanos – basicamente se definem como o direito à liberdade e condições mínimas subjetivas ao ser humano para que possa ter uma vida digna plena de direitos. Os direitos humanos inerentes aos indivíduos, fundamentais ao seu bem viver são a base das leis que incluem e protegem da discriminação por questões de raça, gênero, orientação sexual, etnia, entre outros.

Identidade: Una. Indivisível. Intransferível. Cada sujeito é único. Logo, a identidade é o todo e a especificidade de cada um. Gênero: Definição dos sexos masculino e feminino. Ao definir um e outro se define também suas diferenças. “A diversidade de gênero e sexualidade vem somar-se a uma enorme diversidade própria das culturas juvenis” (SEFFNER e SILVA, 2013, p. 63). Logo, essas diferenças precisam ser compreendidas e respeitadas, pois elas representam o que chamamos de diversidade sexual e de gênero. Identidade de gênero – refere-se a maneira como o indivíduo se apresenta perante a sociedade: suas convenções e normas.

Na concepção tradicional de gênero pode ser homem/mulher, mas atualmente cresce a proporção de indivíduos que reconhecem sua sexualidade de outras formas, tais como os transexuais e transgêneras confrontando valores e concepções arcaicas ainda existentes em nossa realidade escolar e social. “[...] a escola foi vista por muito tempo como um local onde as questões de gênero, e em especial de sexualidade, estavam praticamente ausentes” (SEFFNER e SILVA, 2013, p. 64). As diversidades, marcas fortes das Democracias, no Brasil especialmente a partir da Constituição Cidadã de 1988, estão cada vez mais refletidas nas manifestações de cada sujeito. Além disso, Seffner e Silva (2013, p. 65) afirmam que:

Hoje em dia a escola é local de expressão de diversidade de gênero, a saber, ali estão presentes muitos modos diferentes de ser menino ou menina, que anunciam trajetórias de vida distintas. E também temos forte expressão da diversidade sexual na escola, em especial por conta da presença explícita e assumida de alunos gays e alunas lésbicas, e em muitas escolas a presença de travestis e transexuais estudando.

As Pedagogias culturais são entendidas como a inclusão no currículo formal da escola de paradigmas presentes nos contextos sociais, pressupondo a inclusão social e educacional dos mesmos, em práticas coletivas que preservem os direitos e incluam a diversidade. Neste contexto estão presentes questões como: discriminação por raça, gênero, orientação sexual, etnia, entre outras que pressupõe diferenças à norma convencional e relações de poder. A Cultura pode ser entendida como sendo as construções dos sujeitos ao longo da história da humanidade. Legado construído no âmbito das práticas e dos contextos histórico-sociais concretos. Crenças e modos de viver dos povos.

Vivenciamos em todos os espaços as mais diversas manifestações das diversidades. Essas

diversidades são representadas por diferentes formas de manifestações sociais, econômicas e culturais, e de representações identitárias dos sujeitos. Cada um vive a sua maneira. E isso deve ser conhecido e respeitado. E se essa vivência for à margem da sociedade e das riquezas produzidas por ela, ou se estiver o preconceito operando, então precisamos, governo, escola, sociedade civil organizada, etc., de políticas públicas e ações para modificar positivamente essas realidades. “É necessária uma pedagogia da libertação voltada para o resgate dos processos socioculturais que emergem das lutas populares, do diálogo com setores sociais e requer mais pessoas” (ZITKOSKI e ALBUQUERQUE, 2013, p. 167).

A educação na e para as diversidades, entendida como espaço-tempo de seguridade dos direitos humanos, precisa perpassar o campo teórico e instaurar-se na prática diária dos docentes em sala de aula. Desse modo, a problematização do ambiente escolar para o enfrentamento do preconceito e da discriminação, sejam a quais diversidades estiverem atribuídos, e em muitos casos são considerados naturais, precisa entender e considerar a

Educação no seu sentido mais amplo aponta para um processo aberto e plural, no qual pensar Direitos Humanos implica em ter presente o outro, na sua singularidade, na sua diferença, em termos de reciprocidade. Significa apropriar-se de um conjunto de informações no qual a crítica é método que permite identificar vozes: hegemônicas, progressistas, subalternas, marginalizadas, conformistas, transformadoras, contraditórias, desviantes, silenciosas, silenciadas, polêmicas (ZITKOSKI e ALBUQUERQUE, 2013, p. 164 – grifo dos autores).

Em seu texto, “incluir para excluir”, Alfredo Veiga-Neto traz algumas reflexões acerca das dificuldades e ambiguidades que enfrentam as políticas públicas (e a comunidade escolar como um todo), ao pretenderem incluir na escola regular, a classe especial – os anormais. Segundo o autor, Foucault (apud VEIGA-NETO, 2001, p. 107) denomina “anormais, os diversos e numerosos grupos que são cada vez mais formados na e pela modernidade: homossexuais, gays, lésbicas e portadores de alguma patologia em geral”.

Para o autor, a Modernidade se vale de práticas, narrativas e discursos outros, diferenciados, para designar aqueles que são de outros “tipos” ou “corpos diferentes”, e a estes atribuir um determinado lugar, classificatório, em âmbito social. Outra questão apontada por ele, é que “parece estar se ampliando o conceito e o uso da norma como estratégia de dominação” (VEIGA-NETO, 2001, p. 107).

Veiga-Neto (2001), aponta algumas possíveis alternativas para os incômodos que as palavras normal e anormal podiam causar: 1) Negação abstrata, práticas de exclusão explícitas (aquilo que contamina e/ou polui a pureza, a ordem, a perfeição do mundo; 2) Proteção lingüística, uso de perífrases e eufemismos. Uma parcela de tais discursos politicamente corretos, podem mascarar a violência que se movimenta nestas práticas; 3) Consiste em neutralizar a relação normais/anormais. Especializar os cuidados, embutindo à uma discussão política de in-

clusão social; 4) Problematizar tais questões, submetendo-as à apreciação hiper-crítica. Pois isso, tanto a teoria quanto na prática, torna-se difícil e perigoso pensar, propor ou implantar políticas sociais que considerem que os anormais estão aí e que muito deve ser feito por e para eles.

As políticas públicas de inclusão e/ou políticas afirmativas enfrentam dificuldades outras: resistência, muitas vezes de profissionais conservadores ou inseguros, para tratar dos conceitos citados e as inúmeras e profundas raízes culturais estigmatizadas e estigmatizadoras que se formam e são formadas no seio social. Tematizar tais dificuldades, na visão do autor, pode ser uma forma de desnaturalizá-las, desconstruí-las, uma vez que a própria organização do currículo e da didática, na escola moderna, foi pensada e colocada em funcionamento pra estabelecer as relações de poder e ditar quem são os “outros”.

Atenção às cenas escolares: a luta por menos racismo e preconceito

A temática dos povos indígenas, por exemplo, assim como tantas outras que circundam o cotidiano das diversidades humanas na contemporaneidade, precisa ser abordada diariamente na escola, seja como disciplina sócio antropológica ou tema transversal que promove a interdisciplinaridade. O que não se pode mais é a omissão ao debate reflexivo acerca das diversidades que nos envolvem atualmente, e que estão presentes com mais intensidade na própria escola do que em qualquer outra instituição social, pois, é preciso “tentar reverter o atual quadro de preconceitos, desconhecimento e invisibilidade dos indígenas na escola e na sociedade” (CAREGNATO e BOMBASSARO, 2013, p. 15).

Em visita à Comunidade, referida anteriormente, ocasião em que se comemorava o Dia do Índio. E nesse evento ficou marcada, ainda com mais intensidade a nossa indignação, pois nos deparamos com certa “desordem” em relação à programação prevista. Os Meninos (Kaingang), mas não os Acadêmicos, que foram entoar o Hino Nacional em Kaingang, não conseguiram fazê-lo até o final, e teve que ser interrompido. A fala das autoridades estendeu-se por um tempo bem maior que o previsto e configurou-se em mais discursos políticos do que em defesa dos direitos da Comunidade, ou homenagem à data que se comemorava.

Enquanto isso, o almoço (churrasco, maionese e pão) foi sendo servido. As pessoas da Comunidade iam retirando sua refeição e levando para casa, de modo que não houve integração. A feira de artesanatos e mostra de comidas típicas não aconteceram. Na programação da festa, estava prevista a apresentação de duas bandas musicais, para animar a festa/baile: Cosmo Express e Universo. Entende-se que esse evento parece ser a prova viva do genocídio cultural a que estão sendo submetidos os poucos povos indígenas que ainda residem no nosso Estado e País. Logo, cabe à educação escolar, enfatizar que, “apesar do genocídio e das infinitas tentativas de assimilação, os índios lograram sobreviver até hoje, através de constantes reelaborações culturais e identitárias ao longo dos últimos 500 anos” (CAREGNATO e BOMBASSARO, 2013, p. 15-16).

Além disso, é preciso destacar “a importância do conhecimento da diversidade cultural dos povos indígenas tanto no que diz respeito ao seu passado quanto na sua condição

contemporânea, refletindo sobre o direito que possuem para serem reconhecidos em equidade, em um sentido de valorização das diferenças” (CAREGNATO e BOMBASSARO, 2013, p. 16). É imprescindível o reconhecimento, o respeito e a valorização dos poucos, mas diversificados povos indígenas que habitam o solo brasileiro. “[...] os povos indígenas têm o direito de ser reconhecidos e respeitados e os não índios têm o direito de conhecer essa diversidade e o dever de respeitá-la” (JÚNIOR e MEDEIROS, 2013, p. 84). Entender que eles são contemporâneos, que não vivem mais como outrora, adaptaram-se a atualidade, mas continuam querendo preservar seus costumes, religião, cultura.

Outra cena que merece atenção, pois, constrói uma narrativa sobre o lugar de onde falamos, é a presença de alunos com Necessidades Educacionais Especiais nas turmas do Curso de Pedagogia da FAED – UPF. É importante destacar nessa produção que a proposta curricular do Curso sofreu reformulação em meados do ano de 2007 em razão de intentar oportunizar ao licenciando uma formação que considerasse a necessidade de atender à diversidade teórica e epistemológica presente nas discussões atuais da sociedade. Conforme expresso no Projeto Pedagógico de Curso – PPC (2012) a proposta “não se circunscreve a um conjunto de disciplinas categorizadas pelo caráter de formação geral humanística, mas todas as disciplinas, até mesmo por estarem vinculadas à área de Ciências Humanas (e daí toda a especificidade no tratamento do ser humano como objeto e sujeito do conhecimento), têm compromisso com a formação ética e com o fomento da capacidade crítica dos educandos”.

Assim, para além de demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, aos licenciandos em Pedagogia, há desde 2006 acadêmicas com surdez frequentando o Curso, o que denota a possibilidade real de ver o acadêmico como sujeito capaz de aprender. Afinal, só poderemos investir na aprendizagem de um sujeito quando acreditarmos nas suas potencialidades, desejando que essas aflorem e se tornem aliadas desse sujeito na busca de um estilo próprio para estar no mundo. Esse olhar possibilita ao acadêmico sair de um possível lugar de não saber para um lugar de sujeito em processo de aprendizagem, tanto na vida quanto na sua trajetória profissional.

No sentido de qualificar o aproveitamento acadêmico do aluno com Necessidades Especiais o Curso se vale dos serviços prestados pelo Setor de Apoio ao Estudante (SAEs), que oferece atendimento psicológico e psicopedagógico à comunidade acadêmica, contribuindo para que os alunos superem suas dificuldades em determinadas áreas do conhecimento e possam acompanhar as aulas formais e, conseqüentemente, tenham bom desempenho nas diferentes disciplinas.

Além dessas ações, o Setor de Apoio ao Estudante (SAEs) promove a Tecnologia Assistiva, que, através do uso de recursos humanos e materiais, objetiva viabilizar e aprimorar o aprendizado do acadêmico com necessidades especiais. Dentre os trabalhos desenvolvidos com uso da Tecnologia Assistiva, destacam-se: a) Interpretação e tradução de Libras/Português (100% das atividades); b) Laboratório Bilíngue - Libras/Língua Portuguesa (em parceria com curso de Letras); c) Adaptação de textos e materiais, ampliação, transcrição para o sistema Braille.

Entendemos que a criação de tempos e espaços de diálogos/interações entre diferentes segmentos da sociedade (pesquisadores, professores da educação básica, agricultores e comu-

nidade) pode ser um caminho para que sejam produzidos novos entendimentos e novas ações, mais conscientes e comprometidas com o ambiente em que se vive, de modo a possibilitar a formação de uma consciência para o uso mais sustentável dos recursos, e dessa forma, viver com plena saúde.

Além de ampliar as compreensões sobre as temáticas das diversidades culturais, é igualmente importante perceber e valorizar as temáticas das diversidades ambientais e, também, da promoção interacional entre o Câmpus, as escolas da região e a comunidade em geral. Às escolas cabem tarefas e responsabilidades cada vez maiores, e o meio ambiente é uma delas. Não que não possa ser, deve ser. Mas, pensamos que essa deve ser tarefa e responsabilidade de toda a sociedade.

Muitas ações estão sendo desenvolvidas no Município de Santo Augusto. Entre elas, o Fórum Municipal de Educação Ambiental, que a partir da 9ª edição, em 2011, o Câmpus SA, passou a integrar a Comissão Permanente de Educação Ambiental e também a sediar o Evento. Em 2011, em sua 9ª edição, o Evento ocorreu com o Tema “Tecnologia e Ambiente”, a 10ª edição desenvolveu a temática “Ser Humano, Ambiente e Saúde”, e neste ano, na 11ª edição, o evento abordou o tema “Sustentabilidade nas Cidades”.

Na perspectiva de criar um espaço-tempo para debater sobre o ser humano e suas ações sobre o meio ambiente, propiciar ações de formação continuada aos professores da educação básica, de ampliação de conhecimentos aos estudantes do IF Farroupilha – Câmpus Santo Augusto e de informação aos agricultores do Município e Região, passou-se a integrar e sediar o Fórum Municipal de Educação Ambiental.

Imagem 1: Folders das últimas 3 edições do Fórum Municipal de Educação Ambiental.



O uso das mais diversas tecnologias nos ambientes naturais tem levado ao desenvolvimento, por exemplo, da agricultura, mas tem também causado degradação. Isso vem produzindo inquietações nos diferentes segmentos da sociedade e discuti-las para produzir novos entendimentos representa um desafio para as instituições de ensino.

A ação do homem tem sido cada vez mais frequente com relação às modificações ambientais e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Esse processo tem caracterizado a vida moderna, pois, ao passo que descobriu-se a cura de muitas doenças, passou-se a ingerir uma quantidade bem maior de alimentos industrializados ou produzidos com agrotóxicos. Isso vem produzindo inquietações nos diferentes segmentos da sociedade e discuti-las para produzir novos significados representa um desafio para as instituições de ensino.

Entendemos que a criação de tempos e espaços de diálogos/interações entre diferentes segmentos da sociedade (pesquisadores, professores da educação básica, agricultores e comunidade) pode ser um caminho para que sejam produzidos novos entendimentos e novas ações, mais conscientes e comprometidas com o ambiente em que se vive, de modo a possibilitar a formação de uma consciência para o uso mais sustentável dos recursos, e dessa forma, viver com plena saúde. Além de ampliar as compreensões sobre as temáticas diversas temáticas ambientais e, também, da promoção interacional entre o Câmpus, as escolas da região e a comunidade em geral. Às instituições escolares cabem tarefas e responsabilidades cada vez maiores, e o cuidado com o meio ambiente é uma delas.

Inserção dos Direitos Humanos na escola e na sala de aula

O espaço-tempo escolar, enquanto contexto de poder é passível da materialização das desigualdades socioculturais e de exclusão. Por isso, deve ela própria pensar e implementar atividades e ações que deem conta de modificar positivamente esta premissa. A reconfiguração da escola perpassa o rompimento do senso comum, permitindo a desconstrução de formas de pensar e modos e agir – preconceituosos – dando espaço ao novo, à liberdade dos outros, de ser dos demais, como construção do humano, de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na contemporaneidade, direitos humanos e diversidade sinalizam e traduzem uma percepção da realidade, um espaço de reconhecimento do(s) outro(s) diferente(s) de mim, que materializam nos espaços públicos da educação uma trincheira para se contrapor à barbárie da insensibilidade social que provoca a exclusão social [...] pensar direitos humanos e diversidade, hoje, supõe a construção de consensos de cidadãos livres [...] (ZITKOSKI e ALBUQUERQUE, 2013, p. 167).

O reconhecimento do outro é fundamental para contrariar a barbárie e assegurar, por meio das intervenções realizadas pelo trabalho docente, a superação de práticas sedimentadas em valores morais não éticos, que precisam do novo para tornar-se (re)significados. Uma metodologia participativa, envolvendo os diferentes grupos e seus saberes, poderá dar conta de uma educação para e na diversidade, cujas pluralidades estejam em pauta nos projetos, nas diferentes linguagens, na potencialização da escola, em sua totalidade, em seu coletivo.

A educação está ocorrendo em todos os espaços e momentos da vida das pessoas; ela já não é mais restrita à escola. No entanto, é na escola que passamos parte de nossas vidas, professores e alunos, na busca do *ser mais*. É na escola que muitas crianças e jovens encontram-se

amparados, como sendo este, um espaço-tempo de afirmação de suas identidades e de suas diversidades.

Construir o *ser mais*, que já está presente enquanto potencial em cada ser humano, é um desafio por toda a vida. Tal desafio não é uma tarefa apenas individual, mas sobretudo coletiva, diz respeito à necessária transformação das estruturas socioeconômicas e políticas que produzem uma cultura (enquanto visão de mundo hegemônica) da opressão. Portanto, a garantia de realizar nosso *ser mais* requer a organização coletiva para a luta política transformadora (ZITKOSKI e ALBUQUERQUE, 2013, p. 166 – grifo dos autores).

Por fim, é preciso que o professor esteja envolvido com seu espaço-tempo escolar, no sentido das proposições para superar o passado, denunciar o velho e anunciar o novo. Dialogar para entender o outro e a si próprio, pois muitas vezes a diferença não está no outro, mas naquele que não entende aos demais. Educação para a Cidadania, para os Direitos Humanos e para as Diversidades pressupõe a lógica da formação para a dimensão humana, contrapondo-se ao capital e às suas barbáries.

Considerações Finais

A efetivação de uma educação inclusiva, que atenta às diversidades é premente na contemporaneidade e é compreendida como direito humano fundamental na construção de uma sociedade justa e coletiva, onde os sujeitos sejam reconhecidos nas suas singularidades. A escola tem sido, ao longo de sua história existencial, um espaço-tempo de reprodução de saberes e de produção das relações sociais, afetivas e culturais, em todas as suas dimensões. Nesse sentido, os diferentes grupos vão constituindo suas crenças e convicções acerca de suas experiências e vivências, no que tange preconceitos, valores morais e valores éticos.

A Escola é sem dúvida o lócus de encontro da diversidade sociocultural de uma comunidade. É nesse espaço que vemos despertar as mais diversas opiniões e atitudes com relação ao “outro”, ao “diferente”. Logo, **precisamos pensar possíveis alternativas teórico-metodológicas** que deem conta de canalizar os pensamentos e ações indesejáveis de grupos de alunos que, por falta de conhecimentos sobre as diversidades, acabam desenvolvendo preconceitos e até tendo atitudes consideradas incorretas com os demais.

Precisamos direcionar nossas práticas pedagógicas ao encontro das necessidades dos nossos alunos, escravizados, historicamente pela sociedade, com o intuito de possibilitar-lhes um espaço-tempo de afirmação da sua identidade sociocultural; para que se percebam sujeitos partícipes de sua própria história. É imprescindível pensar na forma de organização social na contemporaneidade e suas dificuldades, para então focar nosso olhar para as diversidades presentes no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/ CEB/ CNE nº 04, 2010.

CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos. **Diversidade cultural**: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação. Erechim: Novello e Carbonelli, 2013.

CAREGNATO, Célia Elizabete; MEINERZ, Carla Beatriz. Educar para a diversidade: viver diferenças e tensionar desigualdades na escola. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos. **Diversidade cultural**: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação. Erechim: Novello e Carbonelli, 2013.

FARENZENA, Nalú; ROSSI, Alexandre José; MAFASSIOLI, Andreia da Silva. Educação básica e diversidade: cidadania, políticas públicas e legislação. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos. **Diversidade cultural**: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação. Erechim: Novello e Carbonelli, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

JÚNIOR, Claudio de Sá Machado; MEDEIROS, Juliana Schneider. Povos indígenas, diversidade e educação. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos. **Diversidade cultural**: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação. Erechim: Novello e Carbonelli, 2013.

SEFFNER, Fernando; SILVA, Rosimeri Aquino da. Cenas, intervenções nas cenas e encenação: malabarismos na educação em gênero e sexualidade nas escolas. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos. **Diversidade cultural**: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação. Erechim: Novello e Carbonelli, 2013.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Orgs). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ZITKOSKI, Jaime José; ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Na indignação e no direito à diversidade: discussões sobre a atitude ética e pedagógica necessária. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos. **Diversidade cultural**: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação. Erechim: Novello e Carbonelli, 2013.

